

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN 574, de 30/08/2007.

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.342.306,19	-
Pessoal Ativo	14.463.150,13	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.879.156,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.728.496,72	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.927.475,43	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	2.548.572,96	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	1.252.448,33	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	17.613.809,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	17.613.809,47	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	28.064.880.881,76	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,06%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	25.258.392,79	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	23.995.473,15	

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Obs: Republicação devido a erro na classificação de Despesas de Exercícios Anteriores (R\$526.306,54) e Patronais (R\$40.053,37). Tais cifras haviam sido consideradas como despesa de Pessoal Ativo, quando na verdade se referiam a Pessoal Inativo.

(a) Hebe Maria de Oliveira Amaral
Diretora-Executiva de Finanças

(a) Maria Cristina de Barros Pires
Diretora-Geral

(a) Juiz Cel PM Rúbio Paulino Coelho
Presidente do TJM-MG

(a) Marília Crispi Paixão Carneiro
Auditora do TJM

(a) Roberto Flávio Soares do Couto
Contador TJM - CRC/MG 89.126

Diretora-Executiva: Hebe Maria de Oliveira Amaral
 ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN 574, de 30/08/2007.

c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.342.306,19	-
Pessoal Ativo	14.463.150,13	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.879.156,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.318.937,01	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.187.332,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	8.879.156,06	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	1.252.448,33	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.023.369,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.023.369,18	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	28.064.880.881,76	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,04%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	25.258.392,79	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	23.995.473,15	

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado da Fazenda.

(1) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 1 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38,

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Obs: Republicação devido a erro na classificação de Despesas de Exercícios Anteriores (R\$526.306,54) e Patronais (R\$40.053,37). Tais cifras haviam sido consideradas como despesa de Pessoal Ativo, quando na verdade se referiam a Pessoal Inativo.

(a) Hebe Maria de Oliveira Amaral
Diretora-Executiva de Finanças

(a) Maria Cristina de Barros Pires
Diretora-Geral

(a) Juiz Cel PM Rúbio Paulino Coelho
Presidente do TJM-MG

(a) Marília Crispi Paixão Carneiro
Auditora do TJM

(a) Roberto Flávio Soares do Couto
Contador TJM - CRC/MG 89.126